

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 12 de agosto de 2024 às 08h17
Seleção de Notícias

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Opinião - Políticas e Justiça: Em busca da reforma (perdida) da Lei de Direitos Autorais 3
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | RODRIGO VIEIRA | MICHAEL FRANÇA

O Mossoroense Online | RN

Marco regulatório | INPI

Rio Grande do Norte lidera Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento no Nordeste 5
EXPEDIENTE

Jota Info | BR

Arbitragem e Mediação

Contaminação do árbitro pode gerar instabilidade no processo decisório, dizem especialistas - JOTA 7
MIRIELLE CARVALHO

Migalhas | BR

Arbitragem e Mediação

MIGALHAS nº 5.911 9

Opinião - Políticas e Justiça: Em busca da reforma (perdida) da Lei de Direitos Autorais

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Ainda é possível discutir uma reforma sistemática da Lei de **Direitos** Autorais sem nos seduzirmos por matrizes tópicas?

A atual Lei de **Direitos** Autorais (LDA), frequentemente acusada de obsoleta, nos seus mais de vinte anos de vigência, é, por vezes, alvo de intensas discussões especializadas de acadêmicos e juristas ou dos agentes das diversas cadeias econômicas e culturais que envolvem obras intelectuais, muito embora os seus dispositivos transbordem interesses setorializados.

Nesta época do imaterial, difícil sustentar que o debate autoral não tenha que se ampliar para o interesse público em geral.

Desde o seu nascimento, entre a defesa de sua adaptação flexível às transformações tecnológicas da expansão da **internet** e a crítica às suas disposições draconianas e maximalistas defensivas da propriedade, há um hiato geracional em que as implicações de inovações disruptivas e os direitos fundamentais (humanos) de terceiros -supostamente estranhos às relações de criação e produção cultural- não têm sido levados em conta em qualquer tentativa de reformulação global e robusta da lei.

Rodrigo Vieira é docente da graduação e da pós-graduação em direito da Universidade Federal Rural do Semiárido e membro do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais

-

Aliás, a pauta legislativa recente sobre aspectos da matéria dá sinais para modificações pontuais que atendem muito mais a reivindicações de parcela de setores da produção cultural e do entretenimento, como o audiovisual, a música e até as empresas de streaming, do que propriamente a uma ampla e necessária reforma.

A última alteração da LDA, referente à gestão coletiva dos **direitos** autorais, foi resultado muito mais da pressão política dos trabalhos das Comissões Parlamentares sobre a atuação do ECAD e de sua condenação administrativa no CADE por abuso de poder dominante do que pelo esforço propositivo do Executivo e do parlamento.

Desde o primeiro governo Lula até o finado bolsonarismo, foram inúmeras as tentativas de reformulação geral para atender ao espírito do tempo, com a constituição de fórum, inúmeros seminários com apoio da academia, reuniões abertas e fechadas, audiências, anteprojeto do Ministério da Cultura, consultas públicas, relatório etc.; boa parte desse tempo perdido dormita em alguma gaveta da Casa Civil da Presidência após inúmeros mandatos e mudanças de orientação e prioridade política em relação à matéria.

Nem a assinatura do Tratado de Marraqueche com estatuto de emenda constitucional foi suficiente para desencadear pelo menos a regulamentação da facilitação do acesso de pessoas com deficiência visual às obras intelectuais.

Continuação: Opinião - Políticas e Justiça: Em busca da reforma (perdida) da Lei de Direitos Autorais

Os **direitos** autorais no debate legislativo foram reduzidos ao plano incidental, para não dizer diminuídos à condição de jabutis, no marco das propostas de combate à desinformação ou de regulação da inteligência artificial.

Ainda assim, identificada sua presença confusa e (in)desejada nesses textos legislativos, devolvidos para um lugar de origem com sua remoção, retornam ensimesmados para compartimentos fragmentados e fatiados pelos interesses das indústrias do entretenimento, das plataformas ou dos meios de comunicação, para não mencionar dos modismos e do frenesi em torno das novas tecnologias.

É ainda possível discutir uma reforma sistemática da Lei de **Direitos** Autorais sem nos seduzirmos por matrizes tópicas? O Ministério da Cultura e parlamentares engajados nesse empreendimento hercúleo -pelo visto- poderiam nos dar minimamente uma resposta.

Sem colonialismo ou transplante irrestrito, outros lugares terrenos, como a União Europeia, com sua Diretiva relativa aos direitos de autor e direitos conexos no Mercado Único Digital, sinalizam que sim, é possível.

Queremos discutir mudanças conceituais relacionadas às transformações criativas, res-

ponsabilidade dos provedores de aplicação por conteúdo protegido compartilhado na rede, limites e exceções em nome do progresso científico, educacional e cultural - como por exemplo a mineração de textos e dados sem a qual não haveria vacina para Covid-19 e a de preservação do patrimônio cultural -, acesso aberto e ao conhecimento, direitos de remuneração a artistas e intérpretes, a aplicação ou não da LDA aos produtos culturais advindos de IAs generativas, obras sob encomenda e os vários tipos de licenças, equilíbrio contratual, prazo de proteção e domínio público, plágio, dentre vários outros assuntos e mais, de modo que a LDA seja atualizada.

Resta-nos perguntar: cadê a Reforma da LDA que necessitamos?

O editor, Michael França, pede para que cada participante do espaço "Políticas e Justiça" da Folha sugira uma música aos leitores. Nesse texto, a escolhida por Rodrigo Vieira foi "Educação e Cultura", de Psi-CORDÉLico.

LINK PRESENTE: Gostou deste texto? Assinante pode liberar sete acessos gratuitos de qualquer link por dia. Basta clicar no F azul abaixo.

Rio Grande do Norte lidera Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento no Nordeste

EXPEDIENTE



Foto: Sandro Menezes

Cotidiano

Rio Grande do Norte lidera Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento no Nordeste

O IBID permite identificar quais são as potencialidades e desafios de cada Unidade da Federação e macrorregião do Brasil

On 9 de agosto de 2024

O Rio Grande do Norte está em primeiro lugar, na região Nordeste, no Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID). O estudo que aponta o ranking do IBID, com os indicadores por estado, foi divulgado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), no qual mostra o cenário da inovação do país, elaborado pela Assessoria de Assuntos Econômicos (AECON) do **INPI**.

Nesta primeira edição do IBID, o Rio Grande do Norte, São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal e Tocantins são os líderes regionais do índice. Nacionalmente, o RN está na 11ª colocação.

"O Rio Grande do Norte ficou bem posicionado, liderando regionalmente e está à frente de outros dezesseis estados, se levarmos em consideração a

classificação geral nacional", afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Sílvio Torquato.

Ele destacou que o posicionamento do RN no Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento é ainda mais significativo quando se observa que são levados em consideração indicadores que classificam o desempenho do Estado em áreas como "ambientes institucional, regulatório e de negócios, economia (crédito, investimento, e atividades da indústria, do comércio e de serviços), criação e difusão de conhecimento, economia criativa e capital humano.

"Há uma decisão do governo Fátima Bezerra em assegurar um ambiente institucional e regulatório que garanta condições favoráveis ao desenvolvimento, ao empreendedorismo e à inovação. Por isso, o Estado se saiu bem em alguns destes quesitos que foram avaliados em relação a outras unidades da Federação", disse o secretário. "Podemos citar diversas iniciativas que dão resultados, entre as quais a legislação proposta e aprovada que instituiu a Política Estadual do Desenvolvimento Científico e Tecnológico".

Ele citou também que a lei que regulamentou e garantiu a autonomia da Universidade do Estado do RN (UERN) está entre as medidas que institucionalizaram um ecossistema de inovação, uma vez que ampliou a possibilidade da gestão de projetos com plena capacidade pedagógica financeira e administrativa", ponderou. "Isso significa ampliar as oportunidades para as pesquisas científicas que contribuam com o desenvolvimento e a inovação no Estado".

O titular da Sedec argumenta que isso favorece empreendimentos inovadores e parcerias e a interlocução entre o setor privado, a academia e o poder

Continuação: Rio Grande do Norte lidera Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento no Nordeste

público. "Portanto, são diversas iniciativas que, somadas, contribuem para que o Rio Grande do Norte tenha circunstâncias mais favoráveis à inovação e vamos continuar atuando, em diálogo com setores produtivos, com a academia, com os trabalhadores, com os movimentos sociais, para avançarmos cada vez mais", acrescentou o secretário.

O levantamento do **INPI** informou que há estados que se destacam em pilares de inovação específicos. "É o caso, por exemplo, de: Minas Gerais (6º) em 'Instituições' e 'Conhecimento e tecnologia'; Distrito Federal (7º) em 'Capital humano', 'Infraestrutura' e 'Negócios'; Espírito Santo (8º) em 'Instituições'; e Goiás (9º) e Rio Grande do Norte (11º) em 'Economia'", afirmou o relatório do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ao incluir o RN entre esses destaques.

O levantamento ressaltou também que "quatro estados do Nordeste destacam-se em 'Sus-

tentabilidade': Rio Grande do Norte (11º), Bahia (13º) e Piauí (17º), que, nesta ordem, ficam atrás apenas de São Paulo nesta dimensão específica, além do Ceará (24º)".

"O IBID permite identificar - dentro de cada um de seus pilares de inovação e dimensões associadas - quais são as potencialidades e desafios de cada Unidade da Federação e macrorregião do Brasil, bem como os diferentes fatores que influenciaram a sua classificação nos diferentes rankings para cada tema analisado. Trata-se, portanto, de uma poderosa ferramenta para orientar as ações públicas e privadas, apoiando a elaboração de políticas e projetos com base em evidências", explicou o **INPI** no relatório.

Compartilhe

Email

Contaminação do árbitro pode gerar instabilidade no processo decisório, dizem especialistas - JOTA



Paineslitas falaram sobre práticas ideais para um processo justo e a realidade das arbitragens no mercado de capitais

Imagem: CBMA/Divulgação

Para especialistas da comunidade arbitral brasileira, a contaminação do árbitro e a possibilidade de comportamento tendencioso durante o processo decisório podem ser muito perigosos, gerando incertezas nas partes envolvidas sobre o que está se decidindo em determinado caso. Os painelistas debateram sobre as práticas ideais para a condução de um processo justo no VII Congresso Internacional CBMA de **Arbitragem**, realizado no Rio de Janeiro nesta sexta-feira (9/8).

Tenha acesso ao JOTA PRO Poder, uma plataforma de monitoramento político com informações de bastidores que oferece mais transparência e previsibilidade para empresas. Conheça!

Para José Emílio Nunes Pinto, do José Emílio Nunes Pinto Advogados, uma possível tendenciosidade por parte do árbitro gera uma situação constrangedora. Nesses casos, é muito importante a escolha do presidente para que se neutralize essa chance de tendenciosidade, porque a contaminação é muito perigosa. Você não tem certeza daquilo que está sen-

do decidido, declarou.

De acordo com Selma Ferreira Lemes, do Selma Ferreira Lemes Advogados, essa é uma questão interessante, pois se envolve também a ética do próprio árbitro. O que é discutido numa sessão de deliberação é para ficar em quatro paredes. Ela é sigilosa e não deve ser divulgada para ninguém, afirmou.

Segundo Pedro Batista Martins, do Batista Martins Advogados, há facilidade no processo de identificação de uma provável conduta tendenciosa por parte do árbitro. A partir do momento em que se percebe que o entendimento dele [do árbitro] está desalinhado do contexto dos fatos, dos fundamentos jurídicos, é preciso, de alguma forma, tentar evidenciar que se aquilo for adiante, a imagem dele pode se tornar maculada, pondera o advogado.

Os três painelistas pontuaram, no entanto, que essas situações no campo arbitral não costumam ocorrer de forma recorrente, sendo assim um evento raríssimo. No ponto de vista dos especialistas, o mercado arbitral possui um sistema de expurgação natural aos árbitros que agem dessa forma.

Previsão de confidencialidade no mercado de capitais

Em outro painel do congresso, especialistas do setor de mercado de capitais debateram sobre a transparência e a previsão de confidencialidade nas companhias abertas.

Fabrizio Almeida, diretor jurídico e de compliance da XP Inc, afirmou durante sua fala que acredita muito na transparência e que tirando as exceções, deveria haver publicidade dos casos para poder gerar precedentes. Para ele, essa publicidade dos casos poderia causar uma série de impactos para as companhias abertas, além de contribuir para que os

Continuação: Contaminação do árbitro pode gerar instabilidade no processo decisório, dizem especialistas - JOTA

investidores entendam a situação atual da companhia na qual investem.

Já Fernando Magno, diretor de Litígios no BTG Pactual, acredita que a confidencialidade é positiva em diversos aspectos. Nesse olhar de cliente, acho que quando a gente dá publicidade de um litígio, essa publicidade que é dada às vezes pode trazer pressões externas, e isso pode contribuir para um aumento da litigiosidade também, afirma.

Segundo Magno, o advento das redes sociais e dos fóruns de investidores de discussão contribuíram para trazer desinformação aos litígios dada a sua complexidade. Além disso, destaca o interesse comercial por trás da confidencialidade. Você tem um elemento de confiança que é muito importante dos investidores. É importante que a informação flua, seja transparente e também que se evite a desinformação, pondera Magno.

Em relação à confidencialidade e o seu regramento, Magno destaca enxergar com bons olhos a Re-

solução 80 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que dispõe sobre o registro e a prestação de informações periódicas e eventuais dos emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Acho que no fim do dia é compreensível que o regulador queira evitar assimetrias informacionais, que ele [o regulador] queira também tutelar o que é o interesse da coletividade de investidores. Então, se pode dizer que aí tem uma certa semelhança com as arbitragens que envolvem a administração pública, onde não há confidencialidade também, destacou.

* A reportagem viajou a convite do VII Congresso Internacional CBMA de **Arbitragem**

Mirielle Carvalho - Repórter em São Paulo. Atua na cobertura política e jurídica do site do JOTA. Estudante de Jornalismo na Universidade Anhembi Morumbi. E-mail:

MIGALHAS nº 5.911



Sexta-Feira, 9 de agosto de 2024 - Migalhas nº 5.911.

Fechamento às 08h10.

"E que importa que o advogado seja justo, se o réu é pecador?"

Padre Antônio Vieira

Minuto Migalhas

O Minuto Migalhas de hoje homenageia o Dia dos Advogados e o faz diretamente das Arcadas do Largo de S. Francisco. Para conferir o resumo da semana, .

Da advocacia à magistratura

Egressos da advocacia, ministro Luís Roberto Barroso e ministra Daniela Teixeira destacaram a essencialidade da profissão advogado. Assista. ()

Voz da experiência

Antes de seguir com as notícias do dia, confira conselhos valiosos de grandes nomes do Direito para se destacar na carreira jurídica. ()

Vale a pena ver de novo!

E para encerrar a celebração deste 11 de agosto, relembre momentos emocionantes e descontraídos vividos por advogados durante sessões de julgamento nos tribunais. Assista, clicando aqui.

ANPP

STF formou maioria pela retroatividade do acordo de não persecução penal (ANPP). Tese ainda será definida. Entenda como foi o julgamento. ()

Testemunhas de Jeová

A Corte deu início também ao julgamento da ação que discute a (im)possibilidade de testemunhas de Jeová recusarem transfusão de sangue no SUS e se o Estado deve custear procedimentos alternativos. ()

Amicus curiae estrangeiro

No julgamento narrado na nota acima, ministro Fux questionou a participação de empresa estrangeira como amicus curiae por não ter sede no Brasil, expressando preocupação com a interferência de estrangeiros em debates sobre valores constitucionais brasileiros. Ministro Fachin, presidindo a sessão, autorizou a sustentação oral, enfatizando que a decisão não estabeleceria um precedente na Corte. ()

Investigação

TRF da 1ª região derrubou liminar que impedia a continuidade de uma investigação na Comissão de Ética da Presidência da República sobre supostas empresas offshore que teriam participação do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. ()

Honorários

Não são devidos honorários em cumprimento de sentença não impugnado pela Fazenda Pública, decide 1ª seção do STJ. ()

Ato imoral

Advogado que se beneficiou da própria torpeza, de acordo com os autos, não terá horas extras. ()

Proporcionalidade e razoabilidade

TJ/SP manteve vaga de uma aluna cotista da USP, cuja matrícula foi invalidada às vésperas de concluir a graduação (!). ()

Frustração

Universidade Federal deve indenizar ex-aluno que, dois anos após concluir o mestrado, descobriu que o curso não era credenciado pelo MEC. ()

Militar

Justiça de São Paulo suspende programa de escolas cívico-militares do Estado. ()

De ponta

Ainda na onda da educação, descubra onde estão os melhores cursos de Direito, de acordo com estudo da OAB. ()

Defesa

TST reverteu justa causa de pintor que anexou documentos sigilosos a reclamação trabalhista. Colegiado concluiu que o trabalhador não tinha a intenção de prejudicar a empresa. ()

Necessidade fisiológica

Ex-funcionária do Poupatempo, que urinou na roupa por não ter tempo para ir ao banheiro, será indenizada. ()

Direito ofendido

Advogada impedida de usar sala de apoio em Tribunal por inadimplência de anuidade será indenizada em R\$ 50 mil por seccional da OAB. ()

Falsidade ideológica

Advogado processa Pablo Marçal, alegando ter sido filiado ao PRTB pelo pré-candidato à prefeitura de

SP sem seu conhecimento, caracterizando o ato como falsidade ideológica. ()

Ainda sobre a eleição passada...

Ministro Alexandre de Moraes determinou a soltura de Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF, que estava detido sob suspeita de criar obstáculos ao deslocamento de eleitores durante a eleição presidencial. ()

Transferência de veículo

CNJ autoriza transferência eletrônica de veículos via Cartórios de Registro Civil. ()

Falso curandeiro

TJ/SP condenou falso curandeiro por estelionato contra idoso. ()

Falso curandeiro - II

Em 1892, houve no Brasil uma verdadeira caça aos curandeiros. Na época, eles eram condenados por exercício ilegal da profissão de médico (Decreto 847, 11/10/1890, art. 156). O cronista Machado de Assis comentou a situação, com sua fina ironia: "O direito de curar é equivalente ao direito de pensar e de falar. Se eu posso extirpar do espírito de um homem certo erro ou absurdo, moral ou científico, por que não lhe posso limpar o corpo e o sangue das corrupções? A eventualidade da morte não impede a liberdade do exercício. Sim, pode suceder que eu mande um doente para a eternidade; mas que é a eternidade senão uma extensão do convento, ao qual posso muito bem conduzir outro enfermo pela cura da alma?"

Sem culpa

TJ/SC decidiu que passageira que desafivelou cinto de segurança, caminhou pelo ônibus e caiu no corredor não será indenizada, considerando que sua ação gerou a excludente de responsabilidade. ()

Presente

Para comemorar o Dia dos Advogados, preparamos um presente especial para você: 30% de desconto em TODOS os livros da Livraria Migalhas. Aproveite essa promoção exclusiva até o dia 12! Confira, clicando aqui.

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Ex-funcionário de casa de swing receberá insalubridade em grau máximo. () Justiça condena advogado Maurício Dal Agnol a 96 anos de prisão por apropriação indébita. () Juíza desabafa por falta de servidores e adia audiências: "desalento". () Sul América é condenada por reajuste de 95% em plano de saúde. () STJ: Ministro reverte decisão e libera execução de incorporação de 13% a servidores. () Juiz condena ex-síndico a ressarcir valores de contratos superfaturados. () Em certidão, oficiala diz que é perseguida por esquerda do TJ/SP. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Colunas

Migalha Trabalhista

Ricardo Calcini e Amanda Paolesi Camara tratam da questão da penhorabilidade de salários e aposentadorias para o pagamento de dívidas, especialmente no contexto dos créditos trabalhistas. ()

Processo Disciplinar no Sistema OAB e atualidades jurídicas

O advogado responde perante a OAB por atos de sua vida privada? Antonio Alberto do Vale Cerqueira analisa a questão. ()

Direito Digit@l

Coriolano Aurélio de Almeida Camargo Santos faz uma análise à luz do Direito Digital e da forense computacional sobre a manipulação de dados das atas eleitorais na Venezuela. ()

Criptogalhas

Tatiana Revoredo aborda o impacto do colapso da FTX no mercado cripto e como isso reacendeu o debate sobre a regulamentação dos VASPs - Provedores de Serviços de Ativos Virtuais. ()

Migalhas de IA e Proteção de Dados

Na coluna de hoje, Letícia Franzin Ribeiro, Tiago Augustini de Lima e Cristina Godoy Bernardo de Oliveira analisam as preocupações relacionadas ao uso de deepfakes no contexto eleitoral brasileiro, especialmente nas eleições municipais de 2024. ()

Humanidades e Novas Tecnologias

Paola Cantarini trata de reflexões críticas sobre a vigilância digital. ()

Migalhas de peso

- "Novo Marco Legal dos Seguros: potenciais desafios ou impactos adversos?", por Sérgio Luiz Bernardelli Junior (Ernesto Borges Advogados). ()

- "Nova regra da ANPD envolvendo a atuação do encarregado de dados pessoais", por Paulo Brancher e Maíra Scala Pfaltzgraff (Mattos Filho). ()

- "Decisão do STJ reforça importância da partilha de bens no divórcio", por Anna Carolina Dias Esteves (Innocenti Advogados). ()

- "Compra de palavras-chave nas plataformas de busca: como evitar infrações marcárias e o que fazer para proteger tais ativos no mercado", por Carolina Abra-

hão Rodrigues Carqueijeiro e Rafael Lacaz Amaral (Kasznar Leonardos | Propriedade Intelectual). ()

- "Os 18 anos da lei Maria da Penha e sua repercussão na sociedade", por Clarissa Höfling (Höfling Sociedade de Advogados). ()

- "O uso da geolocalização como prova na Justiça do Trabalho", por Dario Rabay, Ana Beatriz Torós e Vinicius Castro (Cescon Barriou Advogados). ()

- "Planejamento sucessório - Qual a importância deste instituto", por Flávia Thaís De Genaro (Flávia Thaís De Genaro Sociedade Individual de Advocacia). ()

- "INSS pente fino BPC 2024: passo a passo", por André Beschizza (André Beschizza Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

OFF

Imperdível! Chegou a sua chance de ser Migalheiro VIP pagando menos. Em comemoração à Semana do Advogado, adquira o plano anual com 20% OFF. Corra, clicando aqui.

Filial

Holanda Advogados inaugura filial em SP. A unidade atenderá as demandas nas áreas de Direito Contratual, Trabalhista, Tributário, Previdenciário Empresarial, Civil e do Consumidor. ()

Baú migalheiro

Há 182 anos, em 9 de agosto de 1842, foi assinado o Tratado Webster-Ashburton, que estabeleceu a fronteira entre os Estados Unidos e o Canadá a leste das Montanhas Rochosas. O acordo solucionou várias disputas fronteiriças, especialmente as questões en-

volvendo o território de Maine e New Brunswick, definindo a linha divisória ao longo dos Grandes Lagos e dos rios que compõem parte da fronteira natural entre os dois países. Além de resolver questões territoriais, o tratado abordou outros temas importantes, como a cooperação entre os países para a supressão do tráfico de escravos no Oceano Atlântico e o estabelecimento de procedimentos para a extradição de criminosos. (Compartilhe)

Sorteio Especial

Em comemoração ao Dia do Advogado, um migalheiro será presenteado com a nova edição dos consagrados "Código Civil e Legislação Civil em Vigor" (Saraiva Jur - 42ª edição - 1.608pg.) e "Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor" (Saraiva Jur - 55ª edição - 1.712pg.), de Theotônio Negrão e atualizadas por José Roberto F. Gouvêa, Luis Guilherme A. Bondioli e João Francisco N. da Fonseca. Participe do sorteio! ()

Novidades

Marcelo Mazzola, do escritório Dannemann Siemsen, e o professor Humberto Dalla Bernardina de Pinho promovem, dia 12/8, o lançamento da 3ª edição do "Manual de **Mediação** e **Arbitragem** - Novos espaços de consenso no direito brasileiro e a justiça multiportas", obra fruto da parceria entre os dois, e "Manual do Direito Processual Civil Contemporâneo", de Humberto Dalla. A cerimônia acontece no Palácio da Justiça, Fórum Central, no Centro do RJ, a partir das 17h. Dia 21/8, às 18h30, em SP, Paulo Sergio João (Paulo Sergio João Advogados) lança o livro "Dez Anos de Reflexões Trabalhistas". () BMA Advogados divulgou "Publicação Energia" sobre "Marco Legal do Hidrogênio de Baixo Carbono: confira infográfico com principais pontos da Lei nº 14.948/2024". ()

Migalhíssimas

Hoje, às 8h30, em Goiânia, acontece o "I Fórum

Goiano de Direito Penal, Econômico e Eleitoral", organizado pelo advogado Pedro Paulo de Medeiros (Pedro Paulo de Medeiros Advocacia Criminal). () A Ordem dos Economistas do Brasil entrega hoje o prêmio "Jurista do Ano de 2024" ao professor Rodrigo Sayeg, do escritório HSLAW. () Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ) e o presidente da seccional, Luciano Bandeira, farão a palestra de abertura no "II Congresso de Direito Canábico", da OAB/RJ, que ocorrerá no Salão Nobre Antonio Modesto da Silveira, nos dias 12 e 13/8, às 9h30. () O webinar gratuito "O Futuro das Tecnologias Emergentes e a Inovação", organizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), acontece dia 12/8, às 11h. () Antonio Carlos de Oliveira Freitas, do escritório Freitas e Assad Advogados, foi convidado pela UNIP, unidade de São José dos Campos/SP, para proferir aula magna dia 12/8, às 19h10. O tema será "Tendências e Oportunidades do ESG: uma visão do ponto de vista do meio ambiente, do agronegócio, com tecnologia e inovação". Evento presencial. () Os Núcleos de Direito Penal Econômico e Investigações Internas, coordenado por Debora Pimentel (Pimentel e Fonti Advogados), e de Relações de Trabalho do Comitê Jurídico da Câmara de Comércio Italiana de São Paulo - Italcam realizam webinar sobre boas práticas na apuração de denúncias de assédio, que será realizado dia 14/8, às 18h30, de forma online. O evento contará com a participação dos ilustres advogados Victor Ferreira Arichiello, também do escritório, Juliana Nunes, Flavio Stanquini e Maíra Ayres Torres. Inscrições, . Fabricio Soler, do escritório Felsberg Advogados, participa, dia 21/8, do webinar "Sistemas de Logística Reversa no Estado de São Paulo - Perspectivas da Nova DD CETESB 051/2024". O evento é realizado pelo escritório, pelo Instituto PN-RS, e S2F Partners. Inscrições, . Dia 28/8, às 8h30, em SP, a Imeri Capital e o escritório Machado Meyer Advogados promovem evento sobre o setor imobiliário e o desafio na captação de recursos para a área no Brasil. () Ontem, Henrique Tunes Massara, do escritório Cunha Pereira e Massara - Advogados Associados, ministrou o treinamento "Integridade

Trabalhista", com temas como código de conduta, prevenção ao assédio moral e sexual, igualdade no ambiente de trabalho, em empresa do ramo de comércio de artigos de papelaria, informática e escritório. () Renata Homem Melo, do escritório FAS Advogados, in cooperation with CMS, participou de evento que celebrou o 10º aniversário da empresa Auddas, no dia 1º/8, destacando a complexidade jurídica das fusões e aquisições. () Mascarenhas Barbosa Advogados realizou, no mês passado, a 1ª edição do evento "Talk Law MBA". () Cristiane Ruiz Vianna, diretora de operações do 15º Ofício de Notas, participou do evento "Liderança ESG", organizado pelo Instituto New Law na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro.

Licitações e contratos

FGV Direito Rio está com inscrições abertas para o curso "A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos". As inscrições vão até amanhã e início das aulas em 12/8. ()

Franquia

Do dia 12 a 15/8, às 19h, AASP promove o evento híbrido "Franquias". ()

Programa

AD NOTARE - Academia Nacional de Direito Notarial e Registral promove, no dia 15/8, o evento "Questões interessantes sobre o PMCMV, a Incorporação em Frações e Condomínios de Lotes". O evento será transmitido pela plataforma Teams. ()

Saneamento

No dia 22/8, das 14 às 18h30, IASP realiza o evento "Balanço dos 4 anos de vigência do novo Marco Legal do Saneamento". ()

Violência digital

Comissão de Privacidade, Proteção de Dados e IA da OAB/SP lança projeto "Valquírias Digitais - Sensibilidade e Proteção das Mulheres no Ambiente Digital" para combate à violência de gênero digital. ()

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Presidente Dutra

MG/Araçuaí

SC/Joaçaba

SC/Rodeio

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Time in House Paved the Way For Walz's Rise"

The Washington Post - EUA

"Trump agrees to debate Harris"

Le Monde - França

"Astronautes bloqués : la défaillance de Boeing"

Corriere della Sera - Itália

"L'Europa con Kiev 'Colpire in Russia è un suo diritto'"

Le Figaro - França

"Pourquoi les Français ont mis le cap sur l'étranger cet été"

El País - Espanha

"Illa 'president', Puigdemont huido"

Público - Portugal

"Ordem admite mais urgências abertas com menos médicos do que o previsto"

Die Welt - Alemanha

"Blutbad in Wien geplant - Islamist legt Geständnis ab"

The Guardian - Inglaterra

"Laws to stop fake news are not fit for purpose, says London mayor"

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Brasil reage e decide expulsar embaixadora da Nicarágua"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Oposição a Maduro venceu eleição, diz missão internacional"

O Globo - Rio de Janeiro

"Acordo tributário e dólar alto levam Petrobras a pre-

Continuação: MIGALHAS nº 5.911

juízo de R\$ 2,6 bilhões"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Mais duas medalhas"

Correio Braziliense - Brasília

"Brasil marca posição em crise diplomática"

Zero Hora - Porto Alegre

"Venda de passagens para o Salgado Filho está autorizada, diz governo"

O Povo - Ceará

"FGTS distribuirá R\$ 15,2 bilhões a trabalhadores em 2024"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Iluminação é um dos desafios do Recife no apoio à segurança"

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais
3

Marco regulatório | INPI
5

Arbitragem e Mediação
7, 9